



**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 4826 ANO: 2009**

APENSOS: PROJETOS DE LEI Nº 5.331, de 2009, Nº 286, de 2011, Nº 575, de 2011, Nº 3.741, de 2012, Nº 7.279, de 2014, Nº 411, de 2015, Nº 914, de 2015, Nº 1.404, de 2015, Nº 2.050, de 2015, e Nº 4.047, de 2015.

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

- ☒ SIM ☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☒ Diminuição de receita - ☒ União ☒ estados ☒ municípios
☐ NÃO

1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

- ☒ SIM ☐ Aumento de despesa. Quais?
☒ Implica diminuição de receita. Quais? IRPF
☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?
☐ NÃO

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?

- ☐ SIM (Emenda nº _____) ☒ NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

- ☐ SIM ☒ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

- ☐ SIM ☐ NÃO

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

- ☐ SIM ☒ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas¹?

- ☐ SIM ☐ NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:

4. Outras observações: Os Projetos de Lei nº 4.826, de 2009, nº 575, de 2011, nº 3.741, de 2012, nº





Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

914, de 2015, nº 1.404, de 2015, nº 2.050, de 2015, e nº 4.047, de 2015, ao permitirem a dedução da despesa com aluguel do Imposto de Renda da Pessoa Física, geram renúncia fiscal.

O apenso Projeto de Lei nº 5.331, de 2009, visa instituir tributação definitiva, à alíquota de 6%, do Imposto de Renda Pessoa Física, para os rendimentos recebidos pela locação de imóveis residenciais.

O Projeto de Lei nº 286, de 2011, apenso, visa definir rendimento de aluguel com o a importância líquida positiva recebida pelo contribuinte simultaneamente locador e locatário de imóveis residenciais.

O Projeto de Lei nº 7.279, de 2014, e o Projeto de Lei nº 411, de 2015, apensos, alteram o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos do Imposto de Renda da Pessoa Física os pagamentos de despesas com mensalidade de imóvel residencial para seu próprio domicílio, até o limite anual correspondente a 10% dos rendimentos tributáveis na Declaração Anual, independentemente do montante desses rendimentos.

Brasília, 29 de maio 2017.

Maria Emília Miranda Pureza
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=1563946>